



Anais da Assembléia

D.A. 121

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 13 DE AGOSTO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL	Deputado ELIO RUSCH
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PT	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Claiton Kleise - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colapo; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spedaz; PFL - 08: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Rony Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 08: Ademir Tralano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Pericles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 36ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 1997**

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

As quinze horas e cinco minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albornor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1840

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 13.08.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 001/97, de autoria do Deputado César Seleme, que cria o Programa de Remoção de Barreiras Arquitetônicas e Ambientais, aos portadores de deficiência, "Cidade para Todos". **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 001/97

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Cria o programa de eliminação de barreiras arquitetônicas e ambientais ao portador de deficiência: "Cidade para todos", através da Secretaria Estadual do Desenvolvimento Urbano ou Órgão de Planejamento Urbano, com participação da iniciativa privada.

§ 1º - Serão convocados e envolvidos neste programa as associações de e para a pessoa portadora de deficiência ou seus representantes legais;

§ 2º - A prioridade na eliminação e adaptação das barreiras arquitetônicas e ambientais serão: Hospitais, Secretarias Estaduais e Municipais, Centros de Saúde, Escolas, Universida-

des, Casas de Espetáculos, Restaurantes, Centros Comerciais, Supermercados, Hotéis, Ruas, Logradouros Públicos, Transportes Coletivos e Terminais.

Art. 2º - O Programa de eliminação de barreiras arquitetônicas "Cidade para todos" deverá ser desenvolvido em articulação com os Governos Municipais, através de seus Órgãos de Planejamento Urbano, transporte, habilitação e outros afins, visando o combate a uma série de barreiras arquitetônicas e ambientais por meio de:

I. adaptação de transportes coletivos;

II. aplicação de normas técnicas da ABNT-NBR90 "acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, a edificação, espaço imobiliário e equipamentos urbanos";

III. identificação de nome de logradouros públicos em placas rebaiçadas em Braille, bem como nos elevadores e cardápios e placas indicativas de contraste;

IV. implantação de sinal sonoro nos semáforos para uso dos portadores de deficiência visual;

V. telefones públicos de altura adequada ao uso dos portadores de deficiência física em cadeira de rodas;

VI. adaptação do uso de serviços essenciais de telefones pelas pessoas com deficiência auditiva;

VII. demarcar áreas de estacionamento para veículos dirigidos por portadores de deficiência, compatíveis ao tamanho do estacionamento;

VIII. criar condições de acessibilidade independente aos portadores de deficiência de locomoção, através da construção de rampas em edifícios públicos e particulares, em centros de lazer e nas vias públicas e demais espaços de uso público;

IX. garantir na rede hoteleira fiscalizada a liberação de alvarás somente a hotéis que possuam acessibilidade no seu atendimento, determinando um percentual compatível com o porte do estabelecimento.

Art. 3º - Este projeto conta com o apoio da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, que após consultado poderá contribuir com recursos.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.97.

(a) CÉSAR SELEME

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do projeto de Lei nº 297/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 035/97, que visa aprovar abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 6.891.315,00, ao vigente orçamento da Universidade Estadual de Londrina e a Universidade Estadual de Ponta Grossa, visando atender despesas de capital. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 169/97, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que declara de Utilidade Pública a Associação de Amigos da Pastoral da Criança - AAPAC, com sede e foro na Cidade de Paranavaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 169/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

A Assembléia Legislativa do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Amigos da Pastoral da Criança - AAPAC, com sede e foro no Município de Paranavaí - Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.04.97.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Amigos da Pastoral da Criança (AAPAC) foi fundada em 30 de maio de 1996 e integra-se, por filiação à ANAPAC, de quem recebe orientação, apoio e permissão para o uso do nome e símbolo da Pastoral da Criança, a cujo Estatuto adere e a cuja supervisão se submete, é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos.

Suas finalidades fundamentais são:

a) sobrevivência e desenvolvimento integral da criança através de ações básicas de saúde, nutrição,

educação e comunicação junto à população;

- b) formação cristã, humana e profissional de líderes comunitários;
- c) geração de renda para a autosustentação das famílias e prevenção à marginalidade social;
- d) promoção dos direitos da criança e do adolescente, em relação à família, à sociedade e aos organismos governamentais e não governamentais, mediante maior conscientização e participação das lideranças das comunidades mais necessitadas;
- e) manutenção de um sistema de banco de dados sobre a situação da criança, da mulher e família;
- f) promover, desenvolver, junto com as diversas organizações da comunidade, atividades que visem a interesses comuns.

Sediada à Rua Pará, 1.125 - fundos, no centro da Cidade de Paranavaí - Paraná, a AAPAC está devidamente cadastrada no CGC/MF sob o nº 01.388.753/0001-89 e foi declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 1.960 de 11.12.96.

Sua Diretoria não é remunerada, sob qualquer título.

Vivendo de donativos e contribuições, a AAPAC vem, com grande empenho, trabalho e dedicação de seus membros, realizando um grande e belo trabalho em favor da comunidade da Cidade de Paranavaí.

Face a importância e relevância do trabalho desenvolvido por essa Associação, é que buscamos a presente declaração de Utilidade Pública.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 169/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ricardo Chab, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Amigos da Pastoral da Criança - AAPAC, com sede e foro na Cidade de Paranavaí - PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.08.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 170/97, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano, que declara de Utilidade Pública a Casa Familiar Rural, com sede e foro no Município de Marmeleiro. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..
Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 170/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Casa Familiar Rural, com sede e foro no Município de Marmeleiro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.97.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, foi fundada em 1993, e presta atendimento a muitos estudantes, os quais são filhos de agricultores da região, e com o auxílio desta Casa Familiar Rural, estão profissionalizando-se na área em que mais tarde irão trabalhar, ou seja, em cima de suas próprias propriedades.

Pelo motivo acima exposto, e pelo relevante serviço que a entidade vem prestando a comunidade daquele município, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 170/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ademar Traiano, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Casa Familiar Rural, com sede e foro no Município de Marmeleiro.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.08.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 313/97, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que declara de Utilidade Pública o PROVOPAR - Programa de Voluntariado Paranaense de Ação Social de Vera Cruz do Oeste, com sede e foro no Município de Vera Cruz do Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 106, de 25.06.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 313/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Edgar Bueno, visa declarar de Utilidade Pública o PROVOPAR - Programa de Voluntariado Paranaense - Ação Social de Vera Cruz do Oeste, com sede e foro no Município de Vera Cruz do Oeste.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e de acordo com a Lei nº 6.994/78 que trata das normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 12.08.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 321/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação de Ensino 19 de Dezembro, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 321/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Ensino 19 de Dezembro, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.07.97.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Ensino 19 de Dezembro, que ora encaminhamos ao Plenário dessa Casa de Leis, foi fundada no dia 02 de janeiro de 1979, com objetivos de organizar e desenvolver estabelecimento de ensino, também desenvolver programas culturais e assistenciais. Está registrada sob nº 2.836, Livro "A" de Pessoas Jurídicas, 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos. Sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, está inscrita no CGC/MF, sob nº 76.664.390/0001-66.

A instituição, além dos objetivos mencionados, mantém o Colégio 19 de Dezembro, que desenvolve projetos educacionais, seja alfabetização de jovens e adultos, ensino fundamental, seriado e supletivo e ensino médio, também seriado e supletivo, além de educação religiosa, entre outros programas de atendimento ao aluno carente.

Para o cumprimento de seus objetivos e manutenção de sua política e filosofia de ação, mantém estreito relacionamento com entidades congêneres e órgãos públicos.

Todos nós somos conhecedores que não existe justiça sem lei e, portanto, o mínimo que podemos oferecer para ajudar a instituição em apreço, seria apresentar a esta conceituada Casa de Leis, o projeto em epígrafe, solicitando o apoio dos nobres Companheiros, a aprovação do mesmo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 321/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Ensino 19 de Dezembro, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e de acordo com a Lei nº 6.994/78 que trata das normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos

que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Sessões, em 12.08.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romaneli) - Sobre a mesa, Requerimento nº 1840, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constan-

te do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.